

## JUSTIFICATIVA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19.21.0009.0020337/2022-69

INEXIGIBILIDADE Nº 10/2022

CONTRATADO: HUMANT DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA CNPJ:  
06.207.694/0001-19

OBJETO: contratação de empresa especializada na realização de cursos de capacitação de servidores do Ministério Público do Estado do Piauí que atuam na área de licitações e contratos administrativos (INEXIGIBILIDADE Nº 10/2022).

BASE LEGAL: Art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

### 1- Hipótese de inexigibilidade de licitação

Os casos de financiamento de cursos para treinamento e ou aperfeiçoamento de pessoal, seja técnico-administrativo, seja membro são instruídos através de inexigibilidade de licitação, com base no art. 25, II e art. 13, VI, da Lei nº 8666/93, conforme já pacificou a AGU e o TCU:

PORTARIA Nº 382, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018 (Altera a Orientação Normativa nº 18, de 1º de abril de 2009.)

Art. 1º A Orientação Normativa nº 18, de 1º de abril de 2009, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"CONTRATA-SE POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO COM FUNDAMENTO NO ART. 25, CAPUT OU INCISO II, DA LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, PESSOAS NATURAIS E JURÍDICAS PARA MINISTRAR CURSOS FECHADOS PARA TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL OU A INSCRIÇÃO EM CURSOS ABERTOS.

O ART. 25, CAPUT, COMO FUNDAMENTO, IMPÕE A CONSTATAÇÃO DA INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO POR AUSÊNCIA DE CRITÉRIO OBJETIVO DE SELEÇÃO OU POR EXCLUSIVIDADE DO OBJETO PERSEGUIDO PELA ADMINISTRAÇÃO, MEDIANTE ROBUSTA INSTRUÇÃO DOS AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO, SEM PREJUÍZO DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE AINDA MAIORES POR PARTE DOS ÓRGÃOS COMPETENTES.

A MOTIVAÇÃO LEGAL COM BASE NO ART. 25, INCISO II, DA LEI Nº 8.666, DE 1993, EXIGE A IDENTIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO E DA SINGULARIDADE DO CURSO.

INDEXAÇÃO: TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL. CONTRATAÇÃO. PESSOAS NATURAIS E JURÍDICAS. CURSOS FECHADOS OU INSCRIÇÃO EM CURSOS ABERTOS.

REFERÊNCIA: Parecer nº 97/2017/DECOR/CGU/AGU; Parecer nº 98/2017/DECOR/CGU/AGU; e, Despacho nº

- Assunto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. DOU de 23.07.1998, segundo o qual consignou-se "considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com inciso VI do art. 13 de Lei nº 8.666/93" (item 1, TC- 000.830/1998, Acórdão nº 439/1998-Plenário).

## 2- Requisitos legais para a regularidade da contratação direta

I- Processo administrativo instruído com a solicitação de contratação de empresa especializada na realização de cursos de capacitação de servidores do Ministério Público do Estado do Piauí que atuam na área de licitações e contratos administrativos (INEXIGIBILIDADE Nº 10/2022), (0280431), acompanhada da proposta da empresa e conteúdo programático do curso (0323299);

II-Justificativa que contemple: a justificativa de preço e a razão de escolha do fornecedor (art. 26, parágrafo único, II e III da Lei nº 8666/93) em virtude de sua notória especialização (art. 25, II, da Lei nº 8666/93).

A justificativa de preço se fez a partir da constatação pela autoridade administrativa de que o preço a ser pago ao contratado encontra-se compatível com os preços praticados pela empresa para outros órgãos públicos, conforme documentos anexados aos autos (contrato e notas fiscais) (0314755) (0314774) (0323301) contratações do mesmo curso por outros órgão públicos;

Já as razões de escolha do fornecedor devem ser contempladas através da demonstração a notória especialização da entidade a ser contratada, tendo em vista a qualidade dos palestrantes que ministrarão a palestra motivacional, conforme se verifica na programação do curso/proposta anexada aos autos no documento (0323299).

As contratações pelo ART. 25, INCISO II, DA LEI Nº 8.666 se caracterizam por serem serviço de natureza singular, técnico-profissional especializado, uma vez que as características que definem a singularidade e os serviços técnicos profissionais especializados são subjetivos, não podendo ser definidos de forma objetiva ou que permita a realização de comparação, pois a verificação da expertise é pessoal, particular o que impossibilita o cotejo de serviços singulares, sendo portanto, a competição inviável.

3- Justificativa acerca da singularidade do serviço a ser prestado através do curso ou treinamento, bem como sua compatibilidade com o programa ou plano institucional de capacitação do servidor/membro. Impende que a singularidade não significa que o serviço seja único, exclusivo ou raro, mas que detenha alto grau de complexidade e/ou "expertise" que se

adéque ao interesse público do MPPI (TCU. Acórdão nº 85/1997 – Plenário).

A justificativa da singularidade, em suma, diz respeito não ao fornecedor, mas aos temas que serão tratados no curso ou treinamento e sua compatibilidade com as funções exercidas pelo servidor ou membro.

4- Comprovante de regularidade fisco-previdenciária do fornecedor do curso ou treinamento (0326227).

5- Comprovante de disponibilidade orçamentária e financeira (0326353) e (0327098).

### 3- Conclusão

Ante o exposto, esta Comissão Permanente de Licitação manifesta-se favoravelmente pela regularidade da presente inexigibilidade de licitação para a contratação da empresa HUMANT DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA CNPJ: 06.207.694/0001-19, no valor de **R\$ 57.600,00 (cinquenta e sete mil e seiscentos reais)**, com fulcro no art. 25, II, c/c art. 13, VI, ambos da Lei n. 8.666/93, **desde que seja anexado aos autos o mapa comparativo de preços.**

Por último, é importante que se realize um planejamento administrativo, no sentido de que a emissão do empenho seja realizada antes do início do curso ou treinamento, sob pena de violação à Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei nº 4.320/64, a qual deverá ser acatada pela Procuradoria Geral de Justiça.

Ana Larissa Moura de Almeida  
Presidente da CPL B

Afranio Oliveira da Silva  
Membro CPL B

Rosangela da Silva Santana  
Membro CPL B.



Documento assinado eletronicamente por **ANA LARISSA MOURA DE ALMEIDA, Presidente de CPL**, em 30/09/2022, às 11:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ROSANGELA DA SILVA SANTANA, Membro de CPL**, em 30/09/2022, às 11:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **AFRANIO OLIVEIRA DA SILVA, Membro de**



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
[https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?  
acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador  
**0327814** e o código CRC **71B9ECEF**.

---

## TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA Nº 19.21.0009.0020337/2022-69  
INEXIGIBILIDADE Nº 10/2022, Art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

Nesta data, RATIFICO, nos termos do art. 26 da Lei nº. 8.666/93, a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, da empresa HUMANIT DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA CNPJ: 06.207.694/0001-19, que ministrará curso de capacitação para servidores do Ministério Público do Estado do Piauí que atuam na área de licitações e contratos administrativos, com embasamento legal no art. 25, II, da Lei n. 8.666/93, conforme justificativa apresentada pela Coordenadoria de Licitações e Contratos, Assessoria Jurídica para Pareceres em Processos Licitatórios e Controladoria Interna.

Dr. Hugo de Sousa Cardoso  
Subprocurador-Geral de Justiça



Documento assinado eletronicamente por **HUGO DE SOUSA CARDOSO**,  
**Subprocurador(a) de Justiça Institucional**, em 28/10/2022, às 08:53, conforme art. 1º, III,  
"b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
[https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador  
**0344326** e o código CRC **CB2EA34E**.

## AUTORIZAÇÃO DE EMPENHO

### AUTORIZAÇÃO DE EMPENHO GLOBAL

Autorizo emissão de nota de empenho em favor da empresa HUMANT DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA CNPJ: 06.207.694/0001-19, no valor de **R\$ 57.600,00 (cinquenta e sete mil e seiscentos reais)** para contratação de empresa especializada na realização de cursos de capacitação de servidores do Ministério Público do Estado do Piauí que atuam na área de licitações e contratos administrativos, conforme abaixo:

|  |                           |   |                                     |               |
|--|---------------------------|---|-------------------------------------|---------------|
| <b>1. EMPRESA/CONTRATADO(A)</b>  |                           |   |                                     |               |
| 1.1. Nome: HUMANT DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA                                    |                           |   | 2. Código:                          |               |
| 1.3. Data da proposta: 20/09/2022  | 1.4. C/C: 824-2; AG: 4511 |   | 1.5. Banco: Caixa Econômica Federal |               |
| 1.6. Endereço: CLSW 300, Bloco B, Sala 16, Setor Sudoeste, Brasília-DF, CEP: 70673-083 |                           |   |                                     |               |
| 1.7. Cidade: Brasília-DF   |                           | 1.8. C.N.P.J./C.P.F: 06.207.694/0001-19                                     |                                     |               |
| 1.9. Inscrição Estadual/Municipal:   |                           |   |                                     |               |
| <b>2. DADOS DA DESPESA</b>   |                           |   |                                     |               |
| 2.1. Unidade Orçamentária: 25101   |                           |   |                                     |               |
| 2.2. Projeto/Atividade: 2940   |                           | Elemento de Despesa: 3.3.90.39  |                                     | 2.4. FR: 100  |
| 2.5. Valor: R\$ 57.600,00 (cinquenta e sete mil e seiscentos reais)                    |                           |   |                                     |               |
| 2.6. N.º de Parcelas: -  |                           | 2.7. Setor Requisitante: Controladoria Interna                              | 2.8. Contrato nº: Sem contrato      |               |
| 2.10. Processo Administrativo n.º 19.21.0009.0020337/2022-69                           |                           | 2.10. Modalidade Licitação:   |                                     |               |
| 2.12. Processo Dispensa:   |                           | 2.12. Processo de Inexigibilidade n.º: 10/2022 (Art. 25, II, Lei 8.666/93). |                                     |               |
| <b>3. DETALHAMENTO</b>   |                           |   |                                     |               |
| 3.2. Item  | 3.3. Especificação        | 3.4. P. unitário  | 3.5. quantidade                     | 3.6. P. Total |

|  |   |   |   |               |
|--|---|---|---|---------------|
| 1  | Contratação de empresa especializada na realização de cursos de capacitação de servidores do Ministério Público do Estado do Piauí que atuam na área de licitações e contratos administrativos. | - | - | R\$ 57.600,00 |
| <b>Valor total: R\$ 57.600,00 (cinquenta e sete mil e seiscentos reais).</b> |   |   |   |               |

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**

Dr. Hugo de Sousa Cardoso  
Subprocurador-Geral de Justiça



Documento assinado eletronicamente por **HUGO DE SOUSA CARDOSO**, **Subprocurador(a) de Justiça Institucional**, em 28/10/2022, às 08:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0344341** e o código CRC **9D68444C**.



## Nota de Empenho

Encerrado até Setembro

## Identificação

|   |                                 |                            |
|---|---------------------------------|----------------------------|
| <b>Unidade Gestora</b><br>250101 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA (CNPJ: 05.805.924/0001-89) | <b>Documento</b><br>2022NE01220 | <b>Emissão</b><br>03/11/22 |
| <b>Credor</b> 06207694000119 - HUMANT DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA                     |                                 |                            |
| <b>Valor</b> 57.600,00 (Cinquenta e sete mil e seiscentos reais)                            |                                 |                            |

## Classificação

|                                      |  |
|--------------------------------------|--|
| <b>Nota de Reserva</b>               | 2022NR01205  |
| <b>Tipo de Reserva</b>               | PRÉ-EMPENHO  |
| <b>Órgão Orçamento</b>               | 25 - MINISTÉRIO PÚBLICO  |
| <b>Unidade Orçamentária</b>          | 25101 - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA                                  |
| <b>Programa de trabalho</b>          | 03.128. 0013. 2940 - APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL DE MEMBROS E SERVIDORES |
| <b>Fonte</b>                         | 100 - RECURSOS DO TESOIRO ESTADUAL                                     |
| <b>Natureza</b>                      | 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica                |
| <b>Autor Emenda</b>                  | 0 - SEM AUTOR  |
| <b>Emenda Parlamentar</b>            | E0000 - Não definida   |
| <b>Território</b>                    | TD0 - ESTADO   |
| <b>Plano Orçamentário</b>            | 000001 - Não definido  |
| <b>Tipo de Detalhamento de Fonte</b> | 0 - SEM DETALHAMENTO   |
| <b>Detalhamento de Fonte</b>         | 000000 - SEM DETALHAMENTO  |
| <b>Contrato</b>                      | 00000000 - SEM CONTRATO  |
| <b>Convênio de Receita</b>           | 000000 - Convênio não identificado                                     |
| <b>Convênio de Despesa</b>           | 000000 - Convênio não identificado                                     |
| <b>Projetos</b>                      | 0 - Indefinido   |

## Detalhamento

|   |   |   |
|---|---|---|
| <b>Mod. Empenho</b> Global                  | <b>Mod. Licitação</b> 07 - Licitação Inexigível | <b>Emb. Legal</b> Inexigibilidade nº 10/2022, Lei 8.666 /93, Art. 25. |
| <b>Origem</b> 1 - Origem nacional           | <b>Data Entrega</b>                             | <b>Local Entrega</b>  |
| <b>Processo</b> 19.21.0009.0020337 /2022-69 | <b>UF</b> Distrito Federal                      | <b>Município</b> Brasília   |

## Itens

| Tipo Patrimonial                        | Sub-item da Despesa        | Classificação Complementar | Valor     |
|---|----------------------------|----------------------------|-----------|
| Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica | 30 - SELEÇÃO E TREINAMENTO |                            | 57.600,00 |

## Saldo Dotação

| Créd. Disp. | Indisponível antes NE          | Valor NE              | Saldo após NE |
|-------------|--------------------------------|-----------------------|---------------|
| 15.755,00   | <b>Pré-Empenhado</b> 57.600,00 | <b>Bloqueado</b> 0,00 | 57.600,00     |
|             |                                |                       | 15.755,00     |

## Observação

CONINT. EMPENHO EM FAVOR DA EMPRESA HUMANT DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA, CNPJ: 06.207.694/0001-19, REFERENTE REALIZAÇÃO DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO PARA SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ - MPPI QUE ATUAM E DESENVOLVEM ATIVIDADES NA ÁREA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS CONFORME PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 10/2022, COM EMBASAMENTO LEGAL ART. 25, II, DA LEI Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

## Produtos

| Produto              | Quantidade  | Und. Fornec. | Preço Unitário | Preço Total |
|----------------------|---|--------------|----------------|-------------|
| TREINAMENTO E ENSINO | 1   | UNIDADE      | 57.600,00      | 57.600,00   |
| <b>Descrição</b>     | REALIZAÇÃO DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO PARA SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ - MPPI QUE ATUAM E DESENVOLVEM ATIVIDADES NA ÁREA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. |              |                |             |

## Dados de Autenticidade

|  |  |
|--|--|
|  | A autenticidade deste documento pode ser verificada por meio do endereço eletrônico abaixo:<br><a href="https://tesouro.sefaz.pi.gov.br/SiafePI/downloadSignature?token=7eaa78ce42bf48cfafc673fe96fee93e">https://tesouro.sefaz.pi.gov.br/SiafePI/downloadSignature?token=7eaa78ce42bf48cfafc673fe96fee93e</a> |
|--|--|

## Assinatura

| Identificação   |   |                |
|---|---|----------------|
| <b>Unidade Gestora</b>  | <b>Documento</b>  | <b>Emissão</b> |
| 250101 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA (CNPJ: 05.805.924/0001-89) | 2022NE01220   | 03/11/22       |
| <b>Credor</b>   | 06207694000119 - HUMANT DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA |                |
| <b>Valor</b>  | 57.600,00 (Cinquenta e sete mil e seiscentos reais)       |                |
|   |   |                |

Promotor de Justiça - 29ª PJ

## 5. LICITAÇÕES E CONTRATOS

### 5.1. TERMO DE RATIFICAÇÃO

#### TERMODERATIFICAÇÃO

PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA Nº19.21.0009.0020337/2022-69

INEXIGIBILIDADE Nº 10/2022, Art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

Nesta data, RATIFICO, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93, a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, da empresa HUMANT DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA CNPJ: 06.207.694/0001-19, que ministrará curso de capacitação para servidores do Ministério Público do Estado do Piauí que atuam na área de licitações e contratos administrativos, com embasamento legal no art. 25, II, da Lei n. 8.666/93, conforme justificativa apresentada pela Coordenadoria de Licitações e Contratos, Assessoria Jurídica para Pareceres em Processos Licitatórios e Controladoria Interna.

Teresina-PI, 28 de outubro de 2022.

Dr. Hugo de Sousa Cardoso

Subprocurador-Geral de Justiça

### 5.2. TERMO DE APOSTILAMENTO

#### APOSTILAMENTO

**TERMO DE APOSTILAMENTO Nº. 01 REFERENTE AO CONTRATO Nº 53/2022/PGJ, REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LINHA E1 PARA O GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO (GAECO) - MINISTÉRIO PÚBLICO DO PIAUÍ COM GARANTIA E SUPORTE POR 12 MESES. PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA Nº 19.21.0790.0017600/2022-76-SEI.**

**CONTRATANTE:** PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, CNPJ:05.805.924/0001-89

**CONTRATADO:** TELEFÔNICA BRASIL S.A, CNPJ: 02.558.157/0001-62.

Nesta data, foi lavrado o presente TERMO DE APOSTILAMENTO ao contrato nº 53/2022/PGJ, referente contratação de empresa especializada para execução dos serviços de linha e1 para o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) - Ministério Público do Piauí com garantia e suporte por 12 meses. Procedimento de Gestão Administrativa nº 19.21.0790.0017600/2022-76-SEI, para correção do número do pregão eletrônico constante no item "Os CONTRATANTES".

1 - Objeto: A presente apostila refere-se à correção do número do pregão eletrônico constante no item "Os CONTRATANTES":

**"Os CONTRATANTES têm entre si, justo e avençado, e celebram o presente instrumento, instruído no Procedimento de Gestão Administrativa nº 19.21.0790.0017600/2022-76-SEI, no Pregão Eletrônico nº 35/2022, obedecendo ao disposto na Lei nº 10.520/02, nº 8.666/93 e Decreto Estadual nº 11.346/04, considerando o teor da proposta de preços apresentada pela contratada e mediante as cláusulas e condições que se seguem:"**

Dessa forma, no item **"Os CONTRATANTES: onde se lê"** Pregão Eletrônico nº 35/2022", **leia-se:** "Pregão Eletrônico nº 44/2022".

**2-** Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições do Contrato inicialmente celebrado.

Teresina-PI, 28 de outubro de 2022.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**

HUGO DE SOUSA CARDOSO

Subprocurador(a) de Justiça Institucional

### 5.3. EXTRATO DO CONTRATO Nº 60/2022/PGJ

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 60/2022/PGJ

**a) Espécie:** Contrato nº. 60/2022, firmado em 28 de outubro de 2022, entre a Procuradoria-Geral de Justiça, CNPJ nº 05.805.924/0001-89, e a empresa CONTIGO SOLUCOES PARA GESTAO PUBLICA LTDA, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 14.065.989/0001-26;

**b) Objeto:** O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de teclado USB e mouse USB, para atender as necessidades do Ministério Público do Estado do Piauí, conforme especificações contidas no Termo de Referência, anexo do Edital e Anexo I deste Contrato;

**c) Fundamento Legal:** Lei nº 10.520/02, nº 8.666/93 e Decreto Estadual nº 11.346/04;

**d) Procedimento de Gestão Administrativa:** nº. 19.21.0016.0027389/2022-68;

**e) Processo Licitatório:** Pregão Eletrônico nº 39/2022 (Ata de Registro de Preços nº 41/2022);

**f) Vigência:** O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, com início na data de sua assinatura e encerramento na mesma data do ano seguinte ao da assinatura, tendo eficácia após a publicação do extrato do ato no Diário Oficial Eletrônico do MP/PI, nos termos do art. 61, parágrafo único da Lei 8.666/1993;

**g) Valor:** O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 1.582,20 (um mil, quinhentos e oitenta e dois reais e vinte centavos);

**h) Cobertura orçamentária:** Unidade Orçamentária: 25101; Projeto/Atividade: 2000; Fonte de Recursos: 100; Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Nota de Empenho: 2022NE01139;

**i) Signatários: pela contratada:** Sr. Tiago Pires Sutel, CPF nº \*\*\*.220.010-\*\*, e **contratante,** Hugo de Sousa Cardoso, Subprocurador de Justiça Institucional.

#### ANEXO I

| EMPRESA VENCEDORA: CONTIGO SOLUÇÕES PARA GESTÃO PÚBLICA LTDA<br>CNPJ: 14.065.989/0001-26<br>ENDEREÇO: RUA COOHAPI Nº221, BAIRRO OESTE, SAPIRANGA-RS, CEP 93.804-128<br>REPRESENTANTE: TIAGO PIRES SUTEL, CPF nº ***.220.010-**<br>FONE: (51) 9 9887-6708; (51) 9 9732-5861, E-MAIL: financeiro@contigotelecom.com.br |           |  |                 |   |   |                |             |
|--|-----------|--|-----------------|---|---|----------------|-------------|
| Item   | Descrição | Especificação  | Q T D           |   |   | Valor Unitário | Valor Total |
|  |           |  | SOLICITADA      | P | G |                |             |
|  |           |  | Nº27389/2022-68 |   |   |                |             |
| 1  | MOUSE USB | Mouse óptico; Interface USB; Possuir mínimo de 03 botões e scroll; Possuir resolução mínima de 1000dpi, devidamente comprovada na especificação do produto; Sem necessidade de driver de instalação (Plug and play); Comprimento do cabo mínimo de 150 cm; Compatível com todos os sistemas operacionais modernos; | 91              |   |   | R \$ 8,70      | R \$ 791,70 |

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

*Gabinete do Procurador-Geral de Justiça*

**PORTARIA PGJ/PI Nº 3685/2022**

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA**, no uso de suas atribuições legais;

**CONSIDERANDO** a solicitação contida no OFÍCIO - 0347331 - CLC/ASSCOMPRAS - Procedimento de Gestão Administrativa – PGEA/SEI nº 19.21.0009.0020337/2022-69,

**RESOLVE**

**DESIGNAR** o servidor **DOUGLAS RIBEIRO MACHADO MACIEL**, matrícula nº 370, para fiscalizar a contratação de empresa especializada na realização de cursos de capacitação de servidores do Ministério Público do Estado do Piauí que atuam na área de licitações e contratos administrativos (Inexigibilidade nº 10/2022 - PGA nº 19.21.0009.0020337/2022-69).

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Teresina (PI), 07 de novembro de 2022.

**CLEANDRO ALVES DE MOURA**

Procurador-Geral de Justiça



Documento assinado eletronicamente por **CLEANDRO ALVES DE MOURA, Procurador-Geral de Justiça**, em 07/11/2022, às 13:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0348408** e o código CRC **B15436F5**.

**CONSIDERANDO** os declínios de atribuição arguidos pelas Promotoras de Justiça titulares das 28ª e 33ª Promotorias de Justiça de Teresina, e da Promotora de Justiça em exercício na 38ª Promotoria de Justiça,

## **R E S O L V E**

**DESIGNAR** o Promotor de Justiça **JOSÉ REINALDO LEÃO COELHO**, titular da 25ª Promotoria de Justiça de Teresina, para atuar no processo nº 0803397-29.2020.8.18.0140, SIMP nº 000600-100/2022, revogando-se a Portaria PGJ/PI nº 3482/2022.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 07 de novembro de 2022.

**CLEANDRO ALVES DE MOURA**

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA PGJ/PI Nº 3683/2022**

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA**, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 12, inciso XIV, alínea "f", da Lei Complementar Estadual nº 12/93, em conformidade com o Ato PGJ/PI nº 1232/2022, considerando a solicitação contida no Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA/SEI nº 19.21.0040.0030338/2022-13,

## **R E S O L V E**

**DESIGNAR** o Promotor de Justiça **AFONSO AROLDO FEITOSA ARAÚJO**, titular da Promotoria de Justiça de Amarante, para atuar no Plantão Ministerial de atribuição da 32ª Promotoria de Justiça de Teresina, dia 07 de janeiro de 2023, em substituição à Promotora de Justiça Flávia Gomes Cordeiro.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 07 de novembro de 2022.

**CLEANDRO ALVES DE MOURA**

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA PGJ/PI Nº 3684/2022**

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA**, no uso de suas atribuições legais;

**CONSIDERANDO** a solicitação contida no OFÍCIO - 0348160 - CLC/ASSCOMPRAS - Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA/SEI nº 19.21.0427.0010008/2022-15,

## **R E S O L V E**

**DESIGNAR** o servidor **AIRTON ALVES MENDES DE MOURA**, matrícula nº 307, para fiscalizar a execução do contrato firmado entre o Fundo de Modernização do Ministério Público do Estado do Piauí, CNPJ nº 10.551.559/0001-63, e a empresa HOMEOFFICE CADEIRAS LTDA, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 26.242.393/0001-33 (CONTRATO Nº 13/2022/FMMP/PI, PGA nº 19.21.0427.0010008/2022-15).

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 07 de novembro de 2022.

**CLEANDRO ALVES DE MOURA**

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA PGJ/PI Nº 3685/2022**

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA**, no uso de suas atribuições legais;

**CONSIDERANDO** a solicitação contida no OFÍCIO - 0347331 - CLC/ASSCOMPRAS - Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA/SEI nº 19.21.0009.0020337/2022-69,

## **R E S O L V E**

**DESIGNAR** o servidor **Douglas Ribeiro Machado Maciel**, matrícula nº 370, para fiscalizar a contratação de empresa especializada na realização de cursos de capacitação de servidores do Ministério Público do Estado do Piauí que atuam na área de licitações e contratos administrativos (Inexigibilidade nº 10/2022 - PGA nº 19.21.0009.0020337/2022-69).

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 07 de novembro de 2022.

**CLEANDRO ALVES DE MOURA**

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA PGJ/PI Nº 3686/2022**

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA**, no uso das atribuições legais e,

**CONSIDERANDO** o disposto na Portaria PGJ/PI nº 2128/2022,

## **R E S O L V E**

**REVOGAR** a Portaria PGJ/PI nº 3410/2022, que concedeu nos dias 14, 16, 17, 18, 21 e 22 de novembro de 2022, 06(seis) dias de licença compensatória à Promotora de Justiça **DÉBORA GEANE AGUIAR ARAGÃO**, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Valença, ficando os 06(seis) dias de licença compensatória para usufruto em data oportuna.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 07 de novembro de 2022.

**CLEANDRO ALVES DE MOURA**

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA PGJ/PI Nº 3687/2022**

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA**, no uso de suas atribuições legais;

**CONSIDERANDO** a solicitação contida no OFÍCIO - 0348291 - CLC/ASSCOMPRAS - Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA/SEI nº 19.21.0011.0027355/2022-91,

## **R E S O L V E**

**DESIGNAR** a servidora **Shaianna da Costa Araújo**, matrícula nº 122, para fiscalizar a execução da contratação referente à Nota de Empenho nº 2022NE01219, oriundo do PGA nº 19.21.0011.0027355/2022-91, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação do serviço de criação e instalação de cenário para estúdio de televisão, destinado à gravação do programa televisivo institucional "MPTV", firmado entre a Procuradoria Geral de Justiça, CNPJ nº 05.805.924/0001-89, e a empresa LIVIO FONTINELES DE ARAUJO, CNPJ: 24.127.588/0001-07, (Dispensa nº 43/2022 - PGA nº 19.21.0011.0027355/2022-91).

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 07 de novembro de 2022.

**CLEANDRO ALVES DE MOURA**

Procurador-Geral de Justiça

## **2. PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**

### **2.1. 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARNAÍBA**

**PORTARIA Nº. 01-11/2022**

**INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO**



# Estado do Piauí Tribunal de Contas

ContratosWeb - Recibo de Finalização

Informativo para efeito de cumprimento da IN TCE/PI Nº 06 de 16/10/2017



**Órgão : PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA DO PIAUI**

nº processo TCE

**CW-020846/22**

nº contrato

**01220/2022**

nº processo administrativo

**19.21.0009.0020337/2022-69**

procedimento origem

**Inexigibilidade**

objeto

**Contratação de empresa especializada na realização de cursos de capacitação de servidores do Ministério Público do Estado do Piauí que atuam na área de licitações e contratos administrativos.**

nome do contratado

**HUMANT DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA**

cpf/cnpj

**06.207.694/0001-19**

data da assinatura

**03/11/2022**

valor contratado

**R\$57.600,00**

data do cadastro

**08/11/2022**

data últ. alteração

**08/11/2022**